

6. Intangível: Contrato de gestão		Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis																																																								
		2016			2015																																																					
Taxa anual amortização - %		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido																																																			
Direito de uso	20%	33.923	(33.923)	-	33.923	(29.380)	4.543																																																			
Software	20%	11.500	(11.500)	-	11.500	(11.500)	-																																																			
		45.423	(45.423)	-	45.423	(40.880)	4.543																																																			
Intangível		2016			2015																																																					
Taxa anual amortização - %		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido																																																			
Direito de uso		33.075	-	33.075	-	-	-																																																			
Software	20%	83.476	(22.582)	60.894	33.695	(8.322)	25.373																																																			
		116.551	(22.582)	93.969	33.695	(8.322)	25.373																																																			
<p>7. Fornecedores:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Materiais e medicamentos</td> <td>422.432</td> <td>490.188</td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td>267.223</td> <td>683.472</td> </tr> <tr> <td>Serviços médicos</td> <td>1.761.991</td> <td>1.244.465</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.451.646</td> <td>2.418.125</td> </tr> </tbody> </table> <p>8. Obrigações Trabalhistas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Obrigações trabalhistas</td> <td>635.097</td> <td>564.995</td> </tr> <tr> <td>Provisão férias</td> <td>959.257</td> <td>997.441</td> </tr> <tr> <td>Provisão PIS s/férias</td> <td>9.590</td> <td>9.974</td> </tr> <tr> <td>Provisões FGTS s/férias</td> <td>76.738</td> <td>79.795</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.680.682</td> <td>1.652.205</td> </tr> </tbody> </table> <p>9. Receitas Diferidas: O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2016, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital em 2010, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Imobilizado - contrato de gestão</td> <td>2.799.679</td> <td>2.799.679</td> </tr> <tr> <td>Intangível - contrato de gestão</td> <td>45.422</td> <td>45.422</td> </tr> <tr> <td>Depreciação acumulada</td> <td>(1.752.940)</td> <td>(1.469.409)</td> </tr> <tr> <td>Total imobilizado/intangível líquido</td> <td>1.092.161</td> <td>1.375.692</td> </tr> <tr> <td>Receita diferida</td> <td>1.092.161</td> <td>1.375.692</td> </tr> </tbody> </table> <p>10. Ajustes Exercícios Anteriores: O ajuste de exercício anterior, demonstrado em 31/12/2016, no valor de R\$ 622.173, refere-se à baixa de serviços compartilhados e acertos de provisão de impostos. 11. Inss Usufruidas: Como entidade beneficiante, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH não distribui parcela de seu patrimônio, ou de representações falsas intencionais. √ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. √ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. √ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. √ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2017. Maion & Oliveira, Auditores Independentes S/S. CRC - 2PA 0262/T-9. José Aparecido Maion - Contador - CRC 1-SP-117.681/O-3; Reginaldo Coboatan - Contador - CRC 1-SP-206.149/O.</p>								Descrição	2016	2015	Materiais e medicamentos	422.432	490.188	Serviços	267.223	683.472	Serviços médicos	1.761.991	1.244.465		2.451.646	2.418.125	Descrição	2016	2015	Obrigações trabalhistas	635.097	564.995	Provisão férias	959.257	997.441	Provisão PIS s/férias	9.590	9.974	Provisões FGTS s/férias	76.738	79.795		1.680.682	1.652.205	Descrição	2016	2015	Imobilizado - contrato de gestão	2.799.679	2.799.679	Intangível - contrato de gestão	45.422	45.422	Depreciação acumulada	(1.752.940)	(1.469.409)	Total imobilizado/intangível líquido	1.092.161	1.375.692	Receita diferida	1.092.161	1.375.692
Descrição	2016	2015																																																								
Materiais e medicamentos	422.432	490.188																																																								
Serviços	267.223	683.472																																																								
Serviços médicos	1.761.991	1.244.465																																																								
	2.451.646	2.418.125																																																								
Descrição	2016	2015																																																								
Obrigações trabalhistas	635.097	564.995																																																								
Provisão férias	959.257	997.441																																																								
Provisão PIS s/férias	9.590	9.974																																																								
Provisões FGTS s/férias	76.738	79.795																																																								
	1.680.682	1.652.205																																																								
Descrição	2016	2015																																																								
Imobilizado - contrato de gestão	2.799.679	2.799.679																																																								
Intangível - contrato de gestão	45.422	45.422																																																								
Depreciação acumulada	(1.752.940)	(1.469.409)																																																								
Total imobilizado/intangível líquido	1.092.161	1.375.692																																																								
Receita diferida	1.092.161	1.375.692																																																								

FÁBIO JOSÉ ROSSI EIRELI, CNPJ nº 26.219.293/0001-96 situado na Rua Pinheiro s/n Industrial II, Novo Progresso/PA, torna público que requereu da SEMMA de Novo Progresso/PA a Licença de Instalação e Licença de Operação, protocolo nº 155/2017, para a atividade de Beneficiamento de Madeira.
Protocolo: 170853

Concedido pelo Departamento de Vigilância Sanitária **DEVISA/SEMMA/PMB** a Licença de Funcionamento nº da licença: 917/15 a R C Zagallo Marques & Cia Ltda EPP, com validade 10/12/2019.
Protocolo: 170857

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial SRP Nº 8/2017-Licitação 9/2017-240401
O Município de Ponta de Pedras, através da Prefeitura Municipal por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 10:00h do dia 09 de Maio de 2017, fará realizar licitação, Pregão Presencial SRP, menor preço, para a constituição de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a suprir as necessidades básicas da prefeitura, departamentos e secretarias, de forma parcelada, para atender as demandas provenientes as necessidades, para o Município de Ponta de Pedras, a realizar-se na sala de reunião da Prefeitura Municipal. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores que

lhe foram introduzidas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Praça Antônio Malato n 30 - CEP: 68830-000, informações via e-mail- licitapmpp@gmail.com, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.
26/04/2017 publicado no quadro de aviso de acordo com Lei Orgânica Municipal
Jorge Lisboa Souza do Mar-Pregoeiro

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 01/2017
A Prefeitura Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, a chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE, Para o Município de Ponta de Pedras. Considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE n. 383/2009. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Praça Antônio Malato nº. 30 - CEP: 68830-000 e a documentação de habilitação e o Projeto de deverão ser entregues até as 10:00 do dia 09/05/2017, no mesmo endereço, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.
26/04/2017 Publicado no quadro de aviso de acordo com Lei Orgânica Municipal
Alberto dos Santos Cerveira Neto-Presidente da CPL
Protocolo: 170861

suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

Descrição	2016	2015
Isenção das contribuições previdenciária	2.874.426	2.562.056
COFINS	1.170.720	1.170.718
	4.045.146	3.732.774

12. Seguros: O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Joaquim Wellington Fonseca Júnior
Diretor Executivo - CPF: 293.696.828-30
Silvana Borges Gonçalves
Contadora - CRC CT - PA - 019454/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: √ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

Protocolo: 170865
Sítio Santa Luz Torna público que requereu à Secretaria de meio ambiente de São Francisco do Pará, a Licença de Atividade Rural (LAR), para atividade Agrossilvipastoril, não foi determinado estudo de impacto ambiental.
Protocolo: 170850

AGRO-PECUÁRIA RIO TARTARUGA S/A CNPJ/ MF 05.248.067/0001-63 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA -CONVOCAÇÃO - 2ª CHAMADA
-Convindamos os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária que se realizará em 2ª chamada, com a presença de qualquer número de acionistas, no dia 28/04/2017 às 09:00h., nesta empresa, sito à Trav. São Francisco nº 118 Sala 01, na cidade de Belém/Pará, com a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2016; b) delibera sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) outros assuntos de interesse social. Belém, 25/04/17. Leopoldo José lobato de Miranda Alvares de Castro - CPF: 032.155.202-49-Presidente.
Protocolo: 170854